



TERRITÓRIO, AGRONEGÓCIO E AGROECOLOGIA: ARCABOUÇO TEÓRICO-METODOLÓGICO PARA A LEITURA DOS TERRITÓRIOS DISSIDENTES EM FORMOSA E CABECEIRAS, GOIÁS

Letícia Gomes Costa

Edson Batista da Silva

RESUMO

O presente artigo busca contribuir com o entendimento sobre questões como: território, agronegócio e agroecologia. Resulta das atividades desenvolvidas como bolsista Capes de Iniciação científica pela Universidade Estadual de Goiás. Para coletar os dados foram realizados levantamentos bibliográficos, assim como, análise documental. Conforme o objetivo do plano de trabalho de iniciação científica, compreendemos território de acordo com Souza (2007), que afirma que o território “é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”.

Palavras-chave: Território; Agronegócio; Agroecologia.

TERRITORY, AGRIBUSINESS AND AGROECOLOGY: THEORETICAL-METHODOLOGICAL FRAMEWORK FOR READING THE DISSIDENT TERRITORIES IN FORMOSA AND CABECEIRAS, GOIÁS

ABSTRACT

This article seeks to contribute to the understanding of issues such as: territory, agribusiness and agroecology. It results from activities developed as a Capes Scientific Initiation Scholar at the State University of Goiás. To collect the data, bibliographic surveys were carried out, as well as documental analysis. According to the objective of

the scientific initiation work plan, we understand territory according to Souza (2007), who states that territory “is a space defined and delimited by and based on power relations”.

Keywords: Territory; Agribusiness; Agroecology.

TERRITORIO, AGRONEGOCIOS Y AGROECOLOGÍA: MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO PARA LA LECTURA DE LOS TERRITORIOS DISIDENTES EN FORMOSA Y CABECEIRAS, GOIÁS

RESUMEN

Este artículo busca contribuir a la comprensión de temas como: territorio, agronegocios y agroecología. Es el resultado de las actividades desarrolladas como Becario de Iniciación Científica Capes en la Universidad Estatal de Goiás, para la recolección de datos se realizaron levantamientos bibliográficos, así como análisis documental. De acuerdo con el objetivo del plan de trabajo de iniciación científica, entendemos el territorio según Souza (2007), quien afirma que el territorio “es un espacio definido y delimitado por y basado en relaciones de poder”.

Palabras clave: Territorio; Agroindustria; Agroecología.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado das atividades desenvolvidas como bolsista PIBIC/CNPQ, especificamente das ações realizadas no plano de trabalho que compõe o projeto: O CAMPO GOIANO: “O avanço do capital e os desafios para o desenvolvimento da agricultura familiar camponesa”.

O texto tem como objetivo discutir os conceitos de território, agronegócio e agroecologia, parte dos esforços de compreensão dos territórios dissidentes agroecológicos em Cabeceiras e Formosa-GO. Para tanto se utilizou de pesquisa bibliográfica, com localização, levantamento, leitura e fichamento de referências. Também se procedeu a pesquisa documental, com levantamento de dados e informações qualitativas. O artigo está dividido em duas seções: na primeira discute-se a categoria território, na segunda agroecologia e agronegócio.

DESENVOLVIMENTO

Território

A guerra é considerada um instrumento político, visto que através dela há uma conquista de poder e dominação a partir da violência contra o outro. A guerra pode também ser um sintoma de perda de poder, pois quando alguém sente a ameaça de perda desse poder age com violência. Quanto ao território, este que pode ser caracterizado de acordo com Souza (2007, p. 78) como: “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. ”Conforme o autor, a questão é, quem domina quem nesse espaço?

A violência e o poder são opostos, dado que a dominação através da violência só surge quando se está perdendo o poder. O poder está interligado a um grupo de pessoas, não somente há uma única pessoa; enquanto esse grupo de sujeitos existe, o poder se estabelece. Pois, uma pessoa só se mantém no poder por causa das pessoas que a colocaram ali para representar a comunidade.

O território não está somente conectado ao “território nacional”, ou seja, (governos, grandes escalas, etc). O território abrange diversas escalas, não somente a escala nacional, pode ser entendido nas pequenas escalas, como por exemplo, um pequeno assentamento, casas, ruas, praças, viadutos, celas, os espaços de trabalho de prostitutas á noite, etc. “É preciso que não aconteça somente uma “visão de sobrevo”, isto é, aquela que não explora as menores escalas. ” (SOUZA, 2007).

Portanto, é necessário que se olhe tanto para as grandes escalas, quanto para as microescalas. Segundo Souza (2000), “esses territórios são construídos e desconstruídos em escalas temporais, ou seja, séculos, décadas, anos, meses, dias. Além disso, podem ter uma existência permanente (décadas ou séculos) ou periódica (dias ou horas). ” Como dito anteriormente, grande parte da literatura científica traz o conceito de território de forma grandiloquente, na grande escala, ou pela discussão estado centrista. Isso pode ser um equívoco, “a Geografia, por exemplo, enquanto disciplina do espaço social está muito fixada na ideia de território nacional. ” (SOUZA, 2007).

Tanto ela quanto a ciência política estão direcionadas ao Estado. Raffestin (1993), faz uma crítica ao dizer que a Geografia Política Clássica seria basicamente uma “Geografia do Estado”. Para Souza (2007), nessa Geografia o território aparece como um espaço concreto, apropriado por um grupo social, e através dessa ocupação surge a identidade. É preciso “descoisificar” o território, uma vez que é “coisificado” como condição do poder estatal. “descoisificar o território não quer dizer, de jeito nenhum, negligenciar a materialidade do espaço. Quer dizer, isso sim, refinar o conceito e conferir-lhe maior rigor, assim enriquecendo o arsenal conceitual à disposição da pesquisa sócio-espacial.” (SOUZA, 2013, p. 99).

Ainda de acordo com Souza (2007), “é necessário que o uso desse conceito seja apropriado também para os estudos dos movimentos sociais e suas organizações.” Por exemplo, o estudo das práticas sociais insurgentes, onde surgem os territórios dissidentes, mesmo que com pouca duração. É preciso que todas as dimensões sejam levadas em consideração na análise, tanto a dimensão política, quanto a dimensão cultural-simbólica.

Em outro instante o autor entende o território como um campo de forças, a partir das relações sociais. Onde há exemplos de “territorialidades flexíveis”: territórios da prostituição, onde há uma disputa entre as prostitutas e travestis por determinadas áreas ou “espaços deteriorados”, ou seja, espaços que são ocupados por essas pessoas apenas durante a noite, pois durante o dia a paisagem daquele local é diferente. Esses territórios são “flutuantes” ou “móveis”, mas, podem ser caracterizados também como territórios cíclicos, ali pode haver uma disputa, por exemplo, entre prostitutas x travestis pelo ponto de prostituição.

Outro exemplo de territorialidades flexíveis é a apropriação de espaços públicos. Por exemplo, camelôs e organizações de tráfico de drogas. As organizações de tráfico de drogas, também criam territorialidades de alta definição, que ficam visíveis quando uma organização elimina a sua rival dentro da área de influência. Ademais, quando há um pacto territorial, isto é, quando as organizações chegam a um acordo.

Enquanto o ser humano estiver presente no território, automaticamente o território estará presente em toda espacialidade social. Quando os sujeitos transformam a natureza e interagem com o espaço criam um valor naquele espaço social, valor tanto

sentimental, e principalmente um valor marcado pelo trabalho. Segundo Souza (2007, p. 96), “o indivíduo está frente a um território, pois, ao se apropriar de um espaço, seja ele, concreto ou abstrato, o sujeito o “territorializa”.

Ainda de acordo com Souza (2007, p. 97), “todo território necessita de um espaço social, porém nem todo espaço social é um território.” Exemplificando, em uma “cidade fantasma” existia uma dinâmica social, entretanto, hoje essa cidade está em ruínas, esquecida, portanto, não é mais um território. Outro aspecto importante relacionado ao território é a autonomia, pois a autonomia significa o poder de um grupo de sujeitos se reger por eles próprios. Essa autonomia seria a base do desenvolvimento. Logo, o desenvolvimento seria o processo de auto instituição da sociedade, uma sociedade autônoma. Portanto, defender livremente o seu território não significa uma sociedade sem poder, já que o território se define pelo espaço e pelo poder, e o exercício do poder não existe sem territorialidade. Desse modo, entendemos que a concepção de Souza (2007 & 2013) contribui para compreensão dos territórios dissidentes agroecológicos, especificamente o acampamento produtivo Dom Tomás Balduino, localizado no município de Formosa.

Agroecologia e Agronegócio

A agroecologia é uma das opções para combater as crises causadas pelo modelo da Revolução Verde, proposta que visou aumentar a produção alimentícia através de novas técnicas agrícolas, utilizando máquinas e equipamentos. Algumas crises causadas pela Revolução Verde foram: a migração campo-cidade, com a saída de diversos camponeses do campo, a redução de mão-de-obra rural, a degradação dos solos, a perda da biodiversidade, dentre outros fatores.

O agronegócio, por sua vez, de acordo com Souza (2019, p. 13), “foi forjado nos anos 1960 com a Revolução Verde e foi consolidado na década de 1990.” Diferente da agroecologia que tem bons efeitos para o campo e para a cidade, o agronegócio tem efeitos devastadores tanto para a natureza, quanto para a sociedade.

O estado de Goiás foi um dos principais cenários da modernização do campo no Brasil, na década de 1960 o uso de insumos químicos foi ampliado. Em vista disso, a

agricultura passou a ser desenvolvida com parâmetros da produção industrial e o Estado intervinha na economia do país. Silva (1982) denominou de modernização conservadora o modelo de desenvolvimento do agronegócio brasileiro, pois, a base técnica e as relações de produção mudaram, entretanto, a concentração fundiária foi mantida. Em contrapartida, de acordo com Souza (2019, p. 14), “povos indígenas, camponeses, populações tradicionais, entre outros, estabeleceram seus métodos de resistência.”

Em Goiás, por exemplo, existem territórios dissidentes onde os sujeitos lutam contra os efeitos causados pelo agronegócio, seja pela utilização adequada dos bens naturais, seja pelo convívio com a natureza, ou por manter suas referências históricas com a formação da agroecologia. O acampamento Dom Tomás Balduino é um exemplo de território dissidente, localizado no município de Formosa-Go.

Para a implantação da Revolução Verde, surgiram vários programas de desenvolvimento agrícola em Goiás, esses programas eram financiados por norte americanos e japoneses. De acordo com Souza (2019, p. 16), “entre esses programas estava o Programa de Desenvolvimento das Áreas de Cerrado (POLOCENTRO). Em 1975 esse programa ocupou quatro estados do Cerrado, incluindo Goiás e preencheu uma área de três milhões de hectares.”

Em Goiás também teve a instalação do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PROCEDER). Em conformidade com Souza (2019, p. 17), “esse modelo de ocupação produtiva causou impacto na ocupação e uso da terra.” Uma das consequências da “Revolução Verde” e da modernização no campo foi o fato de terem impulsionado a saída de diversos camponeses do campo para a cidade.

Souza (2019, p. 17) sustentado em dados do (IBGE, 2018), expõe que em Goiás, “na década de 60 a população urbana era de 33,3%, em 1970 representava 46,1%, em 1980 era 67,3%, já em 1990 de 80,8%.” Na década de 90 houve uma supressão da vegetação natural do Cerrado por causa da implementação de pastagens e lavouras. A partir daí fica evidente que o agronegócio não está focado somente na produção de *commodities*. Os impactos provocados pelo agronegócio têm diminuído a produção de alimentos em Goiás, pois, degrada o ambiente natural, além de provocar a exclusão da

população camponesa. Desde a década de 1980 muitos camponeses lutaram e resistiram à violência gerada pelo agronegócio, com isso foi possível reestruturar o campo goiano.

Conforme Souza (2019, p. 20), “no município de Goiás, desde 1986, foram criados 23 projetos de Assentamento Rural, com isso, 647 famílias camponesas foram assentadas.” Ainda de acordo com Souza (2019), além de lutar pela terra, esses camponeses também lutam na terra, essa luta é voltada para instituição de alternativas agroecológicas de produção, ou seja, uma produção mais sustentável.

Segundo Souza (2019, p. 20), “no município de Goiás há a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que realiza cursos de formação em agroecologia para os camponeses, visando aumentar a produção de alimentos e a diminuição do uso de agrotóxicos.” Ainda em conformidade com o mesmo, no município de Catalão, sujeitos do campo estão montando ações e práticas agroecológicas, isso contribui, de modo significativo para o desenvolvimento ambiental e social.

De acordo com Souza (2019), “no estado de Goiás a agroecologia engloba três conceitos. Ela pode ser conceituada como prática, movimento e ciência.” Como prática pode-se considerar as práticas históricas dos povos indígenas, práticas que envolvem técnicas que contribuem para a conservação da natureza. Como movimento, ela representa um grupo de agricultores na construção do paradigma agroecológico que visa ampliar a agricultura alternativa, organizando as relações entre o rural e urbano. Já como ciência é conectada com a perspectiva cartesiana hegemônica na Universidade, onde há debates a respeito dela no campo científico, desde a perspectiva ambiental até a política

Quanto as práticas históricas, conforme Souza (2019, p. 22), “a agricultura indígena no Cerrado teve uma grande relevância para a agrobiodiversidade brasileira, pois nessas áreas foram cultivadas espécies, como: mandioca, amendoim, cacau, entre outros. ” No processo de desenvolvimento do Brasil, especificamente do estado de Goiás, essas sabedorias foram adaptadas por camponeses e comunidades quilombolas.

No estado de Goiás existem atualmente três povos indígenas: os Tapuia, os Avá-Canoeiro e os Karajá. Os Karajás detêm um conhecimento histórico acerca da relação com a natureza e as práticas de cultivo do solo. De acordo com Souza (2019, p. 23), “essa agricultura praticada por eles conecta à agricultura indígena a agroecologia, visto

que há uma valorização da cultura no processo produtivo. ” Ainda segundo o Souza, “exemplo disso é a dança Aruanã, que é feita no plantio e na colheita dos alimentos. Há também o Calugi, uma bebida tradicional Karajá produzida da mandioca. ”

Muitos desses povos indígenas tiveram que se afastar de seus conhecimentos tradicionais devido os impactos negativos da fronteira agrícola. Porém, em Goiás algumas comunidades quilombolas resistem, entre elas está a Comunidade do Cedro, localizada no município de Mineiros, no sudoeste goiano. Essa comunidade valoriza práticas tradicionais de agricultura. Esses conhecimentos e a valorização das práticas tradicionais contribuem para o fortalecimento da agroecologia.

Dado o exposto, é importante frisar que a luta pela agroecologia é a luta pela terra, pelos bens naturais. A agroecologia é divergente do agronegócio, a exclusão e a violência contra os povos do campo é ao mesmo tempo violência contra a natureza. Por isso, é necessário o direito à terra para indígenas, quilombolas, camponeses, entre outros. Portanto, através da garantia do território poderá haver a valorização e o fortalecimento dos conhecimentos tradicionais, contribuindo para a transição agroecológica que está avançando no Cerrado goiano.

A agroecologia era ignorada como prática, ciência e movimento social. As instituições que promoviam a política agrícola em escala global tiveram participação nessa questão. Segundo Giraldo e Rosset (2016, p. 15), “em 2014 a agroecologia ganhou notoriedade pela “institucionalidade”, a partir do “*Simpósio Internacional de Agroecologia para a Segurança Alimentar e Nutricional*”, organizado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Fome-FAO, em Roma.”

Há uma luta pela agroecologia que compõe duas dimensões. Por um lado, há as instituições oficiais do governo, as agências internacionais e os empresários privados que buscam conceber a agroecologia técnica, cientificista, institucional. Por outro lado, há os diferentes movimentos sociais, que defendem a agroecologia política, a agroecologia dos povos. Ou seja, uma agricultura distributiva, que repense o sistema alimentar. Atualmente, a agroecologia já tem espaço nos escritórios da FAO em Roma.

Há ministérios da agricultura em alguns países definindo políticas e relatórios públicos sobre a mesma. Com isso, fundações poderão investir nela, contará com orçamentos específicos e apoio de grandes multinacionais. O capitalismo contemporâneo

passou a se interessar pelas riquezas naturais, visto que almeja mercantilizar as sementes e a agrobiodiversidade. Além de colocar grande diversidade agrícola nos mercados de consumo. De acordo com Giraldo e Rosset (2016, p. 16) “a meta é repassar os bens comuns dos sujeitos sociais, torna-los direitos de propriedade privada, separando as comunidades de suas condições materiais e simbólicas.”

A ideia é que os territórios dissidentes se tornem parte do sistema. Por isso, buscam desterritorializa-los sem deslocá-los de suas respectivas terras. Esse processo de desterritorialização se configura como um desenraizamento de sujeitos e grupos sociais, em que são privados do acesso a recurso e riquezas. Segundo Giraldo e Rosset (2016, p. 22), “estima-se que 70% da produção mundial de alimentos são de responsabilidade dos camponeses, inclusive os agroecológicos.” Portanto, o capitalismo precisa destes indivíduos, pois, estando nos mercados internacionais a agroecologia se torna favorável para a receita do agronegócio. Conforme Giraldo e Rosset (2016, p. 22), “em alguns casos há a acumulação por expropriação, quando a operação de pilhagem se apropria dos recursos sem renumerar os camponeses.”

Um dos grandes problemas do agronegócio é a produção acelerada. Isso degrada o solo, faz com que haja uma perda da biodiversidade funcional para os agro ecossistemas. Giraldo e Rosset (2016, p. 23), em concordância com (O ‘CONNOR, 2001), indagam a fala de Marx sobre a segunda contradição do capital, onde ele basicamente diz que algumas tecnologias utilizadas pelo capitalismo destroem as condições naturais, além de colocar em risco seus próprios lucros. Essa hiperprodutividade do agronegócio gerou uma crise no sistema agroalimentar, pois o agro capitalismo é autodestrutivo, além de superexplorar a terra, esgota também o trabalhador.

A produção capitalista usa a terra e o ser humano ao mesmo instante. Quanto mais intensifica a produtividade, mais esgota suas fontes de produção. O capitalismo agrícola está se transformando diante a crise, uma das soluções propostas é a agroecologia. Para a FAO devemos considerar a agroecologia e as biotecnologias para combater os efeitos das mudanças climáticas, para isso é necessário fazer hibridizações entre as biotecnologias agrícolas com a agroecologia, para recuperar o sustento natural degradado pelo agro extrativismo.

Há atualmente uma promoção de pacotes tecnológicos que visam o agronegócio verde, como por exemplo, a agricultura inteligente, a intensificação sustentável, os transgênicos resistentes a seca, entre outros. O capitalismo verde, portanto, busca criar um agronegócio reestruturado e uma agricultura camponesa ligada a economia empresarial.

Através das leituras realizadas foi possível entender a categoria território, assim como, os conceitos de agronegócio e agroecologia. Quanto ao objeto de estudo em questão, os territórios dissidentes, materializados nas feiras de agricultura familiar camponesa ou assentamentos e acampamentos que contêm uma produção agroecológica nos municípios de Formosa e Cabeceiras de Goiás, até o momento não foram realizadas pesquisas de campo, dado o contexto da Pandemia da COVID-19. Em razão da lentidão de imunização da população brasileira, há alternativas de pesquisa sendo avaliadas, como o uso de tecnologias informacionais, com utilização de aplicativos como o WhatsApp, ou correio eletrônico (e-mail), tendo em vista a realização de entrevistas.

Do mesmo modo, a inserção em grupos de WhatsApp, como da “*Cesta Camponesa Dom Tomás Balduino*”, permitirá a observação de Circuitos Curtos de Comercialização de produção agroecológica, com os tipos e a quantidade de produtos comercializados, a periodicidade da comercialização, a diversidade produtiva. Também estão sendo considerados o envio de questionários via e-mail para lideranças do MST do DF e Entorno e agentes de pastoral da CPT. Nesse momento está sendo realizado contatos iniciais, pesquisa exploratória com lideranças e camponeses (as) agroecológicos.

Esse procedimento visa reafirmar a identificação dos referidos territórios dissidentes agroecológicos nos municípios pesquisados. Nesse ínterim, nos municípios de Formosa e Cabeceiras Goiás foram identificados territórios dissidentes, como o acampamento Dom Tomás Balduino, localizado em Formosa, e a ASFEC (Associação dos Feirantes de Cabeceiras), além do assentamento Lagoa das Pedras, localizados em Cabeceiras. Ademais, procura a participação de lideranças e agentes de pastoral na pesquisa, respondendo questionários que se vinculam a constituição de territórios dissidentes na microrregião do Entorno de Brasília.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos fatos apresentados é necessário frisar que a modernização do campo provocou diversos problemas. A migração campo-cidade, a exclusão e a violência contra os povos do campo. Ao lutar por seu território, por sua terra, os indivíduos do campo ficaram à mercê de apoio, principalmente quando se trata de apoio governamental, dado que há um pacto de poder entre as agroindústrias exportadoras de *commodities* e o Estado, onde o Estado oferece apoio para essas.

O agronegócio contribui para a degradação dos solos e a perda da biodiversidade. Também possibilita o esgotamento dos recursos naturais, gerando assim uma crise ambiental. Logo, a produção de alimentos diminuirá drasticamente. Apesar do agronegócio ganhar destaque na sociedade, ele não beneficia a todos os sujeitos. Por outro lado, a agricultura familiar contribui com a sociedade e com a natureza ao mesmo instante. Estima-se que 70% da produção mundial de alimentos são de responsabilidade dos agricultores, dentre eles os agroecológicos, sujeitos que se preocupam com o uso sustentável da terra e com a valorização da cultura camponesa.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq pelo apoio financeiro, por meio da bolsa PIBIC/CNPQ, que oportunizou a realização dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. – 2^a ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GIRALDO, O. F; ROSSET, P. **La agroecología en una encrucijada: entre la institucionalidade y los movimientos sociales**. Guaju, Matinhos, v.2, n.1, p. 14-37, jan./jun. 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 266 p.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: ZAHAR, 1982.

SOUZA, M. J. L. **Território e (des)territotalização.** In: Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 77-110.

SOUZA, M. M. O. **Agroecologia: diversidade, movimento e resistência.** Anápolis: Editora UEG, 2019. 248 p.

Letícia Gomes Costa

Acadêmica de Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Nordeste - sede Formosa.

E-mail: leticiagcosta99@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3874-5775>

Estudante de Geografia na Universidade Estadual de Goiás (2018-2022). Integrante do laboratório de Geografia humana e práticas de ensino de geografia/CÂMPUS NORDESTE.

Edson Batista da Silva

Professor Doutor do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG/Campus Nordeste – sede Formosa e Campus Cora Coralina), mestrado acadêmico de geografia. E-mail: silvaedson344@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8898-6470>

Possui graduação em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (2005), Especialização em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Goiás (2008), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2014) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2018). Atualmente é professor da Universidade Estadual de Goiás, no departamento de Geografia dos Campus Formosa e Cora Coralina. Também é docente do Mestrado Acadêmico de Geografia- Campus Cora Coralina. Além disso, participa do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Agrária e Dinâmicas Territoriais-NEPAT, do Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo-GWATÁ, também é membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Espaço Rural -GEPER e coordena o Laboratório de Geografia Humana e Ensino de Geografia, onde é coordenador de área do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência-PIBID, com execução do projeto do PIBID no Ensino Médio no Colégio estadual Professor Sérgio Fayad Generoso. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia agrária e Ensino de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: território e dinâmicas territoriais, mundialização da agricultura, luta pela terra e pela reforma agrária, educação do campo, formação e desenvolvimento do campesinato brasileiro, agroecologia, agricultura orgânica,

movimentos sociais do campo, estrutura fundiária brasileira, formação de professores de Geografia.